

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	7
5.5 - Alterações significativas	9
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	10

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	33
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	35
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	36
10.5 - Políticas contábeis críticas	37
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	39
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	40
10.8 - Plano de Negócios	41
10.9 - Outros fatores com influência relevante	43

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

a. política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos, mas atua de forma preventiva e contínua por meio de monitoramentos de riscos conforme descrito abaixo, mas atua de forma preventiva e contínua por meio de monitoramentos de riscos conforme descrito abaixo.

b. objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

As políticas e práticas adotadas pela Companhia buscam a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

i. riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pelo plano estratégico da Companhia, relacionados no item 4.1 desse Formulário de Referência.

ii. instrumentos utilizados para proteção

Atualmente, a Companhia não utiliza instrumentos com objetivos diversos de proteção contra riscos operacionais, a não ser um forte sistema de controle de treinamentos e atualizações.

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

iii. estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Todas as áreas da Companhia participam ativamente do desenho dos processos e são responsáveis pelo registro e controle dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades da Companhia. Diretorias, Presidência, Comitês Internos (ex: Comitê de Auditoria e Comitê de Ética), Conselhos de Administração e Fiscal monitoram a eficácia do sistema de controles internos da Companhia.

O ambiente de controles internos da Companhia contempla a segregação de funções, supervisão tempestiva, monitoramento e conduta ética de seus funcionários. Os processos são mapeados e gerenciados por sistema. Os riscos inerentes aos negócios/atividades e os respectivos controles para mitigá-los são revisados anualmente, possibilitando o conhecimento de eventuais vulnerabilidades e fatores que possam afetar ou influenciar negativamente a realização e atingimento dos objetivos. Mas devido a certas limitações, os controles internos podem não evitar ou detectar todos os erros.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia acredita que consegue monitorar os riscos inerentes aos seus negócios de maneira eficaz, estando atenta às novas tecnologias e boas práticas de mercado em relação a controles internos e investimos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

a. política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Não adotamos uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, mas realizamos esforços na identificação e gestão desses riscos de forma adequada e eficaz. A gestão de riscos de mercado é um processo que envolve diferentes níveis de nossa organização e englobam diversas políticas internas não formalizadas e estratégias, que têm como finalidade a identificação, avaliação e proteção da Companhia contra eventuais riscos de mercado, de forma a proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento. De modo geral, as políticas informais têm como objetivo limitar ao máximo as perdas da Companhia sem prejudicar a eficiência, observando o direcionamento dos negócios conforme traçado pelo Conselho de Administração em conjunto com a Diretoria em planejamentos internos de longo prazo.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os seguintes riscos:

(i) Risco de Liquidez

Visando à proteção quanto ao risco de liquidez, uma das políticas que implementamos informalmente tem como objetivo identificar periodicamente mecanismos e ferramentas que nos permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria da Companhia. Adicionalmente, procuramos manter em caixa um volume de recursos suficientes para fazer frente às necessidades de caixa de curto prazo.

(ii) Risco de Mercado

Nossas políticas informais de gestão de risco de mercado incluem, dentre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

(ii.a) Risco de Taxa de Juros

Procuramos administrar nossos ativos e passivos para reduzir o potencial impacto negativo sobre a despesa financeira líquida, que poderá ser causado por oscilações nas taxas de juros.

(ii.b) Risco de Taxa de Câmbio

Administramos nossa exposição cambial adotando medidas para minimizar eventuais descasamentos entre ativos e passivos, particularmente com o uso de derivativos.

A política da Companhia para a utilização de instrumentos derivativos é voltada apenas para a proteção do risco advindo de variação cambial. Os instrumentos derivativos, quando utilizados, são para proteção do passivo financeiro e fluxo de caixa contra os movimentos adversos da taxa de câmbio, sendo que nenhuma operação é realizada para fins especulativos. Toda e qualquer operação de hedge ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos deve ser aprovada pelo Conselho de Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(iii) Risco de Crédito**

A diversificação da carteira de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em nossas contas a receber.

A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes, avaliando a necessidade de se constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa.

ii. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estratégia de *hedge* da Companhia é buscar proteção aos impactos negativos das oscilações das principais variáveis de mercado, atrelando os indexadores dos ativos com os indexadores dos passivos.

Uma parcela relevante de nosso endividamento está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Sendo assim, para minimizar esta exposição, parcela relevante de nossas aplicações financeiras também é corrigida por esse índice, sendo que os financiamentos em 31 de dezembro de 2017 apresentavam um custo médio de 150% do CDI e as aplicações financeiras estavam sendo remuneradas em média a 100% do CDI.

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos nem contrata instrumentos financeiros derivativos com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia para proteção patrimonial são as aplicações financeiras e captações de empréstimos (curto e longo prazo), todas em condições normais de mercado adequando os indexadores do ativo com o passivo. A exposição líquida é monitorada pela área de Tesouraria da Companhia, sendo identificadas eventuais operações que possam oferecer risco ao seu patrimônio. A utilização de instrumentos derivativos deve ser submetida para aprovação da Diretoria e posterior aprovação pelo Conselho de Administração.

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A gestão dos riscos de mercado é realizada por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança para a Companhia, dentre as quais cabe citar o acompanhamento ativo do descasamento de taxas, moedas e prazos entre ativos e passivos e o monitoramento contínuo da nossa exposição aos principais índices financeiros atrelados ao nosso endividamento, comparando as condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia também realiza periodicamente análises de sensibilidade, que são estabelecidas com base em premissas com relação ao futuro, regularmente revisadas pela Administração, a fim de ilustrar as alterações das variáveis de mercado nos instrumentos financeiros.

Nesse acompanhamento periódico são examinadas entre outros, o fluxo de caixa, índices de alavancagem, impactos das variações de parâmetros comerciais (preços e velocidade de vendas) na rentabilidade, no fluxo de caixa e no custo de capital.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

As áreas Financeira, de Controladoria e Jurídica da Companhia analisam periodicamente os riscos de mercado e submetem tais análises para análise da Diretoria e do Conselho de Administração, os quais avaliam se as ações praticadas estão de acordo com as políticas adotadas.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Por meio de sua estrutura organizacional, a Diretoria e o Conselho de Administração monitoram e avaliam a adequação das operações da Companhia com as políticas não formalizadas de gestão de riscos. A Administração da Companhia entende que a estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade das suas políticas informais adotadas são suficientes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia possui um compromisso com os seus controles internos de modo a apresentar adequadamente o registro das suas transações, sua posição financeira e os resultados das suas operações.

Nossos diretores avaliaram a confiabilidade dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e elaboração das demonstrações financeiras e acreditam que tais procedimentos são suficientes e eficientes para assegurar a sua qualidade, precisão e confiabilidade.

b. estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos divulgados a todo o grupo econômico, bem como em áreas dedicadas e ferramentas específicas para monitoramento de risco.

Todas as áreas que geram transações financeiras (ex.: vendas, custos, despesas, impostos, etc.) participam ativamente do desenho dos seus processos operacionais de registro e controle. A área de Controladoria, Diretorias, Presidência, Comitês Internos (ex: Comitê de Auditoria e Comitê de Ética), Conselhos de Administração e Fiscal são responsáveis pelo monitoramento e avaliação quanto à eficácia do sistema de controles internos da Companhia.

O ambiente de controle interno da Companhia contempla a segregação de funções, supervisão tempestiva, monitoramento e conduta ética de seus funcionários, sendo todos os processos mapeados. Ademais, os riscos inerentes aos negócios/atividades da Companhia e os respectivos controles para mitigá-los são revisados anualmente, possibilitando o conhecimento de eventuais vulnerabilidades e fatores que possam afetar ou influenciar negativamente a realização e atingimento de objetivos. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

Importante ressaltar que, em 2015, o Conselho de Administração da Companhia instituiu um Comitê de Auditoria (não estatutário) para administrar a relação da Companhia com a auditoria independente e observar a conformidade dos trabalhos realizados.

c. forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O controle interno da Companhia fornece confiabilidade à elaboração das informações e demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis aplicáveis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações financeiras podem não evitar ou detectar erros, de modo que os sistemas fornecem confiabilidade somente até certo ponto em relação à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

A Administração está continuamente atenta às novas tecnologias, investimentos e boas práticas de mercado em relação a controles internos a fim de aprimorá-los cada vez mais.

Os relatórios sobre controles internos, emitidos pelo auditor independente, são apresentados pelos próprios auditores à Diretoria e aos integrantes do Conselho de Administração e Fiscal da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente**

As recomendações dos auditores independentes para melhoria nos processos de controle interno são diligentemente analisadas pela Companhia quanto à aplicabilidade, a mitigação de riscos e a magnitude e probabilidade de ocorrência e o custo/benefício da implementação de novos processos e controles.

Durante a execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, não foram identificadas deficiências de controles que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes relativas à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia pelo auditor independente.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Nossos Diretores entendem que os relatórios sobre os controles internos emitidos pelos auditores independentes da Companhia com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 não apontaram deficiências significativas sobre os procedimentos e controles internos utilizados para elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

Há uma área de auditoria interna formalmente estabelecida que é responsável pelos trabalhos relacionados a todos os processos da Companhia. O escopo abrange os processos financeiros, fiscais, produtivos, entre outros.

Também há projetos voltados especificamente para controles internos, melhoria de fluxos de informação operacional e gerencial, desenvolvimento e revisão de políticas e procedimento internos, segurança da informação, além de trabalhos de investigação interna.

Todos estes trabalhos são baseados em um Plano de Auditoria Anual que é submetido ao Comitê de Auditoria, Presidência e Conselho de Administração para validação e aprovação formal.

Adicionalmente, há uma matriz de riscos de auditoria, em que são utilizadas metodologias específicas de avaliação, cálculos e estatísticas para a definição das prioridades a serem auditadas.

Também há um Comitê de Auditoria estabelecido formalmente e que trata os assuntos relacionados à temas contábeis, financeiros, fiscais, de controles internos e de auditoria, tanto interna quanto externa. Este Comitê é um órgão assessor do Conselho de Administração.

Há um fluxo formal para tratamento de todas as demandas relacionadas à compliance na Unipar em que atuam as áreas de auditoria interna e jurídica em conjunto.

Geralmente, o trabalho envolve solicitações de stakeholders em geral como órgãos governamentais, regulatórios, fiscalizadores, áreas de compliance de outras empresas, investidores, bancos, clientes, fornecedores, etc.

Há auditorias trimestrais e anuais das demonstrações financeiras (ITR e Balanço) da Unipar com emissão de parecer dos auditores independentes, devidamente divulgadas e arquivadas na CVM.

Ainda, há um grupo na Companhia focado especificamente em demandas relacionadas à segurança da informação, gestão de perfis de acesso ao ERP (SAP), aplicação de políticas de segurança, permissões de acesso, campanhas de segurança da informação, entre outros.

Estes assuntos geralmente são tratados pela área de TI e Auditoria Interna em conjunto com o objetivo de executar atividades rotineiras de melhoria de controles internos e compliance.

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia desenvolveu documentos que são as bases principais para todos os projetos que necessitam desse tipo de análise, alinhados com as melhores práticas de mercado no que se refere à governança corporativa e controles internos que são o Código de Ética, a Política de Compliance, Política de Doações e Patrocínios e diversas políticas relacionadas à segurança da informação.

Há treinamentos formais e periódicos sobre o tema para todos os colaboradores até a presidência (não abrange conselhos).

Adicionalmente, há um Comitê de Ética formalmente instalado e que assessora o Conselho de Administração em assuntos de governança, compliance, ética e conduta.

i. principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

ii. a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Não aplicável.

iii. código de ética ou de conduta

A Companhia desenvolveu documentos que são as bases principais para todos os projetos que necessitam desse tipo de análise, alinhados com as melhores práticas de mercado no que se refere à governança corporativa e controles internos que são o Código de Ética, a Política de Compliance, Política de Doações e Patrocínios e diversas políticas relacionadas à segurança da informação.

Há treinamentos anuais para todos os colaboradores. De acordo com o Código de Ética Empresarial da Companhia, é de responsabilidade de cada colaborador o conhecimento das diretrizes expressas no Código e, qualquer violação a tais orientações resultará em medidas disciplinares apropriadas, tais como advertência verbal ou escrita, suspensão e demissão, que podem ser adotadas, de acordo com a gravidade da infração, para salvaguardar a reputação e imagem da Companhia e adotar a prática da ética.

O Código de Ética foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2015. O Código pode ser acessado no site institucional da Companhia (<http://www.uniparcarbocloro.com.br>).

b. canal de denúncia

A Companhia conta com um canal de denúncias formal e independente que recebe todas as ocorrências que necessitam de tratamento e investigação. Esse canal funciona 24 horas, 7 dias por semana.

Importante salientar que esse Canal é gerido por uma empresa especializada (Contato Seguro) e o denunciante não precisa se identificar. Há também um link em nossa página institucional para acesso a este Canal.

c. procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Em procedimentos de fusão, aquisição e reestruturações societárias, além do processo de auditoria para identificar os ativos e passivos da outra parte, bem como identificar os seus pontos de riscos, também é realizada uma *due diligence* de integridade, que possui um papel chave na determinação de condições precedentes ao fechamento de uma operação, uma vez que o resultado dessa *due diligence* tem o poder de influenciar o interesse da Companhia em prosseguir ou não com a operação.

A auditoria de integridade realizada por assessores externos contratados e equipe interna especializada da Companhia visa identificar aspectos relacionados: i) ao relacionamento existente entre a outra parte e seus colaboradores com autoridades, funcionários públicos, entidades públicas ou pessoas politicamente expostas; ii) ao Programa de Integridade da outra parte, incluindo suas práticas; iii) aos procedimentos de integridade e de prevenção de fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros; e iv) às entrevistas com executivos envolvidos na operação e outros colaboradores estratégicos na estrutura da empresa.

d. razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**5.5 - Alterações significativas**

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos, bem como não foi identificado um cenário de aumento ou redução na exposição da Companhia aos riscos mencionados na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das demonstrações financeiras anuais e consolidadas da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, sendo que as informações referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 são decorrentes das demonstrações financeiras reapresentadas considerando a aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. (em conjunto com a Unipar Indupa S.A. “Controladas” quando no plural, e “Controlada”, quando no singular) em dezembro de 2016.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas especialmente para fins do inciso VIII, do artigo 1º, do Anexo III, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), conforme alterada (“Instrução CVM nº 480/2009”), incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela CVM e conforme as IFRS.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

a. Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Diretoria Executiva (“Diretoria”) entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Para acompanhamento das condições financeiras, a Companhia monitora sua *performance* operacional, seus *covenants*, e sua estrutura de capital com base, dentre outros, no indicador dívida líquida / EBITDA e no índice de alavancagem financeira.

Segundo a CVM o EBITDA (LAJIDA) corresponde ao resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro (despesas financeiras líquidas das receitas financeiras) e das depreciações, amortizações e exaustões. Esta definição de EBITDA encontra-se na Instrução CVM nº 529, de 5 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 529/2012”).

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos com instituições financeiras (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. Nas seções abaixo detalhamos o comportamento de cada um destes itens.

Em 2015, devido ao agravamento da situação econômica do país e às incertezas relacionadas ao preço da energia elétrica e seus encargos, a Companhia realizou captação adicional de R\$ 80 milhões. Esta captação teve como objetivo reforçar o caixa da Companhia, garantindo sua liquidez mesmo em cenário econômico bastante desafiador. Ao final do exercício, a alavancagem financeira era 29% versus 38% em 2014. A diminuição da alavancagem refere-se principalmente a geração operacional de caixa (R\$ 290,7 milhões em 2015 versus R\$ 218,8 milhões em 2014).

Em 2016, a alavancagem financeira da Companhia era 15%. A diminuição da alavancagem é consequência das amortizações de empréstimos durante o período (pagamento de principal e juros de cerca de R\$ 108,1 milhões e R\$ 82,6 milhões, respectivamente) com redução dos gastos com serviços da dívida e da geração operacional de caixa (cerca de R\$ 320,7 milhões) além do aumento do patrimônio líquido devido aquisição da Controlada. Ao final do exercício, a alavancagem financeira consolidada era 10%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No fim do ano de 2017, devido à incerteza da situação política, a Companhia realizou captação de financiamentos líquida de amortizações no valor de R\$ 245,8 milhões, que teve como objetivo reforçar o caixa da Companhia, garantindo sua liquidez. Ao final do exercício, a alavancagem financeira consolidada era de 31%. O aumento da alavancagem foi impactada pelo pagamento dos dividendos (R\$ 387,4 milhões versus R\$ 23,8 milhões em 2016) e desinvestimento na Tecsís – Tecnologia e Sistemas Avançados S.A. (“Tecsís”) (R\$ 110 milhões) da Controladora, compensados pela geração operacional de caixa (cerca de R\$ 422,3 milhões 32% superior a 2016).

Nas tabelas abaixo, verificamos que a dívida líquida consolidada na comparação entre os anos de 2015/2016 reduziu em 64% e aumentou em 260% entre os anos de 2016/2017. A dívida líquida consolidada ao final do último exercício somava R\$ 438,6 milhões.

Índice de alavancagem financeira - Consolidado

Índice de Alavancagem Financeira (valores em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Total dos empréstimos e financiamentos	840.368	601.885	585.332
Menos - caixa e equivalentes de caixa	78.559	383.346	126.949
Menos - aplicações financeiras	323.243	96.612	122.673
Dívida líquida	438.566	121.927	335.710
Total do patrimônio líquido	990.925	1.081.748	827.223
Total do capital	1.429.491	1.203.675	1.162.933
Índice de alavancagem financeira	31%	10%	29%

Abaixo analisamos o indicador dívida líquida/EBITDA tomando como base o EBITDA calculado conforme a Instrução CVM nº 527/2012 e o EBITDA ajustado para monitoramento dos *covenants* da 2ª emissão de emissão de debêntures.

Dívida líquida/EBITDA - Consolidado

Cálculo EBITDA (LAJIDA) Consolidado (valores em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Lucro Líquido	306.264	280.836	87.833
(+) Imposto de renda e contribuição social	30.597	187.771	9.031
(+) Resultado financeiro líquido	93.836	99.759	60.868
(+) Depreciação e amortização	200.102	109.611	78.326
Custo	118.322	41.344	39.798
Despesas	81.780	68.267	38.528
EBITDA	630.799	677.977	236.058
Dívida líquida Consolidada	438.566	121.927	335.710
Dívida líquida/EBITDA – x	0,70x	0,18x	1,42x

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O EBITDA (calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012) em 2017 foi de R\$ 630,8 milhões, inferior ao valor de R\$ 678,0 milhões em 2016 e superior ao valor de R\$ 236,1 milhões em 2015. Essas variações são explicadas pelo efeito positivo no resultado de 2016 do ganho por compra vantajosa referente à aquisição da Indupa Argentina no valor de R\$ 516,0 milhões e melhor desempenho operacional em 2017.

Apuração de índices para atender a escritura da 2ª emissão das debêntures

Conforme 1º aditamento ao instrumento particular de escritura da 2ª emissão das debêntures simples, não conversíveis em ações, da Controladora, de 15 de junho de 2016, o cálculo do EBITDA foi ajustado para excluir também os efeitos de (i) baixas de itens do ativo imobilizado; (ii) baixas de investimento; (iii) unidades operacionais descontinuadas; (iv) provisões para processos judiciais e/ou suas reversões e o (v) resultado de equivalência patrimonial. E será apurado com base nos últimos 12 (doze) meses. Segue cálculo do EBITDA ajustado:

Cálculo EBITDA (LAJIDA) Controladora (valores em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Lucro Líquido	302.657	280.836	87.833
(+) Imposto de renda e contribuição social	14.214	187.771	9.031
(+) Resultado financeiro líquido	33.460	99.759	60.868
(+) Depreciação e amortização	123.880	109.611	78.326
Custo	45.353	41.344	39.798
Despesas	78.527	68.267	38.528
EBITDA 12 meses ¹	474.211	677.977	236.058
(+) Baixa de itens do ativo imobilizado	285	83	727
(+) Baixa de investimentos	-	-	-
(+) Unidades operacionais descontinuadas	-	-	-
(+) Provisão para demandas judiciais	6.444	43.716	11.254
(-) Equivalência patrimonial	45.111	(75.431)	(18.201)
EBITDA ajustado 12 meses ²	435.829	797.207	266.240

¹ Calculado de acordo com a instrução CVM Nº 527/12

² Calculado conforme aditamento da escritura da 2ª emissão de debêntures.

Índices Financeiros

Índices Financeiros	2017	2016	2015
Dívida líquida Consolidado- R\$	438.566	121.927	335.710
EBITDA ajustado 12 meses Individual- R\$	435.829	797.207	266.240
Resultado financeiro líquido 12 meses Consolidado- R\$	93.836	99.759	60.868
Dívida líquida / EBITDA ajustado 12 Meses ¹	1,01x	0,15x	1,26x
EBITDA ajustado 12 Meses¹ / Resultado financeiro líquido 12 meses	4,64x	7,99x	4,37x
Capex e/ou novos investimentos ³	n/a	n/a	n/a

¹ Calculado conforme aditamento da escritura da 2ª emissão de debêntures.

³ Não aplicável quando Dívida líquida / EBITDA ajustado 12 meses for inferior a 3,5x.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Índices de liquidez - Consolidado**

Índices de Liquidez		2017	2016	2015
Corrente	Ativo circulante / Passivo circulante	0,964	1,081	1,24
Geral	(Ativo circ. + Ativo realiz. a LP) / (Pass. circ. + Passivo não circ.)	0,53	0,57	0,55

Em 2016 e 2017, o índice de liquidez corrente consolidado foi de, respectivamente, 0,964 e 1,081, devido a maior financiamento de capital de giro com bancos na ordem de R\$ 100 milhões.

b. Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital:

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das suas operações, oferecendo retorno aos acionistas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, obtendo o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio e capital de terceiros.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital é compatível com as operações da Companhia. A seguir demonstramos a composição do capital social e a gestão das estruturas que financiam as operações da Companhia.

As necessidades de financiamento são supridas por meio da geração de caixa advinda das operações da Companhia e pelo acesso a linhas de crédito junto a bancos de fomento e outras instituições financeiras.

Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 83.550.206 ações nominativas e escriturais sem valor nominal.

Tabela do Capital social

Capital Social	2017	%	2016	%	2015	%
Ordinárias	27.850.069	33%	27.850.069	33%	27.850.069	33%
Preferenciais Classe "A"	2.590.710	3%	2.590.710	3%	2.590.710	3%
Preferenciais Classe "B"	53.109.427	64%	53.109.427	64%	53.109.427	64%
Capital Social Total	83.550.206	100%	83.550.206	100%	83.550.206	100%

Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira, conforme apresentado no item 10.1.a deste Formulário.

A tabela abaixo demonstra a evolução da estrutura de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais:

Estrutura de Capital- Consolidado	2017	%	2016	%	2015	%
Passivo exigível – capital de terceiros	2.393.546	69%	2.208.540	63%	837.831	50%
Patrimônio líquido – capital próprio	1.072.831	31%	1.286.159	37%	827.223	50%
Exigível / PL	2,31		1,72		1,01	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Total do passivo – capital total	3.466.377	100%	3.494.699	100%	1.665.054	100%
---	-----------	------	-----------	------	-----------	------

c. Comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Considerando o perfil de nosso endividamento, nossa posição de liquidez e a tendência de geração de caixa consistente apresentada pelo negócio de soda, cloro, derivados de cloro e policloreto de vinila – PVC (“PVC”), entendemos que a Companhia tem condições de honrar os compromissos financeiros atualmente assumidos, cumprindo com suas obrigações presentes e futuras e aproveitando oportunidades comerciais à medida que estas venham a surgir.

As fontes de liquidez da Companhia derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e da capacidade de tomar empréstimos no mercado. A Companhia entende que essas fontes são adequadas para atender às suas atuais necessidades, incluindo capital de giro, capital para investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos consolidados das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foram, respectivamente, de R\$ 78,6 milhões e R\$ 323,2 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2016 esses saldos foram de, respectivamente, R\$ 383,3 milhões e R\$ 96,6 milhões, e de R\$ 126,9 milhões e R\$ 122,7 milhões em 31 de dezembro de 2015.

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por meio de vendas a uma ampla base de clientes, com avaliação continuada do crédito e obtenção de garantias pessoais/corporativas, como por exemplo: seguradora de crédito, carta de crédito, fiança bancária, etc. quando necessário.

Ademais, a Companhia contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual, historicamente, vem se mostrando suficiente para cobrir as perdas com títulos incobráveis.

No tocante à compra de insumos e demais pagamentos relacionados à sua operação, a Companhia busca, sempre que possível, alinhar os prazos de pagamentos aos fornecedores com os recebimentos de seus clientes e, quando necessário, a Companhia também utiliza operações de financiamento para reforço de caixa e para garantir o pagamento de suas obrigações.

d. Comentários dos Diretores sobre fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

As necessidades de financiamento para capital de giro e para investimentos da Companhia têm sido supridas por meio da geração de caixa operacional e captações de contratos financeiros de curto e longo prazo.

No início do ano de 2015, a Companhia realizou captação no montante de R\$ 80 milhões para fazer frente às dificuldades econômicas anunciadas para o ano de 2016. Referido empréstimo foi quitado em fevereiro de 2017.

Em fevereiro de 2015, a Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) no valor de R\$ 25,7 milhões para modernização da planta em Cubatão, garantida por terrenos, bem como pelas edificações e equipamentos da Controladora, cujos valores foram liberados em julho de 2015 (R\$ 12,8 milhões), em agosto de 2016 (R\$ 3,9 milhões) e em setembro de 2017 (R\$ 3,3 milhões).

No ano de 2017, devido à incerteza da situação política, a Companhia realizou captação de financiamentos líquida de amortizações no valor de R\$ 245,8 milhões, que teve como objetivo reforçar o caixa da Companhia, garantindo sua liquidez.

Com a aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C., a Companhia assumiu por meio de suas controladas um

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

débito com terceiros no montante de US\$ 136 milhões com a Solvay Vinyls Holding AG, sobre a qual incide encargos de 3% a.a. e será amortizada em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026.

e. Comentários dos Diretores sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Companhia não tem expectativa de deficiências de liquidez, haja vista os prazos dos seus ciclos financeiro e operacional e as captações realizadas no final de 2014, início de 2015 e ao longo de 2017 e início de 2018.

A Companhia mantém também linhas de créditos com bancos para financiar eventuais necessidades de capital de giro, investimentos em ativos não-circulantes de curto e longo prazo e manutenção de suas disponibilidades de caixa em nível que a Administração da Companhia acredita ser apropriado para o desenvolvimento de suas atividades.

f. Comentários dos Diretores sobre os níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Conforme mencionado anteriormente, a Administração da Companhia possui estratégias e controle severo sobre os níveis de endividamento líquido do grupo, fundamental para o sucesso do planejamento estratégico e para perpetuidade e sucesso dos seus negócios. Com base nas estratégias e no plano de negócio, a Companhia entende que possui uma estrutura de endividamento adequada, devidamente segregada entre curto e longo prazo, que permite uma confortável situação de caixa, para realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento ao plano de investimentos da Companhia. Adicionalmente, as diversas linhas de créditos com bancos, não possuem qualquer tipo de concentração ou dependência com instituições financeiras.

A Companhia encerrou os anos de 2015, 2016 e 2017 com os saldos de capital de terceiros consolidados de R\$ 837,8 milhões, R\$ 2,2 bilhões e R\$ 2,4 bilhões respectivamente. Destes montantes, os empréstimos e financiamentos brutos consolidados representavam R\$ 585,3 milhões, R\$ 601,9 milhões e R\$ 840,4 milhões, respectivamente.

Endividamento total - Consolidado

Endividamento total	Em 31 de dezembro de					
	2017	%	2016	%	2015	%
Passivo circulante	1.151.821	48%	1.024.971	46%	293.480	35%
Empréstimos e financiamentos	437.279	18%	327.197	15%	129.908	16%
Outros	714.542	30%	697.774	32%	163.572	20%
Passivo não circulante	1.241.725	52%	1.091.098	54%	544.351	65%
Empréstimos e financiamentos	403.089	17%	274.688	12%	455.424	54%
Outros	838.636	35%	908.881	41%	88.927	11%
Passivo total	2.393.546	100%	2.208.540	100%	837.831	100%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:**

Apresentamos abaixo a abertura dos empréstimos e financiamentos da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

Empréstimos e Financiamentos (valores em R\$ mil)	Moeda	Indexador	Saldo em 31 de dezembro de		
			2017	2016	2015
BNDES	R\$	UR TJLP + 2% a.a.	-	-	18.832
BNDES	US\$	CESTA + 2,53% a.a.	-	-	8.107
BNDES	R\$	SELIC + 2,36% a.a.	9.226	8.979	6.782
BNDES	R\$	TJLP + 2,17% a.a.	11.873	16.417	-
BNDES	R\$	TJLP + 1,40% a.a.	9.169	6.545	-
BNDES	R\$	2,56% a.a.	2.020	4.378	-
Capital de giro	AR\$	30,0% a.a.	-	27.146	-
Capital de giro	AR\$	27,7% a.a.	-	18.942	-
Capital de giro	AR\$	21,4% a.a.	-	10.151	-
Capital de giro	AR\$	24% a.a.	-	1.752	-
Capital de giro	AR\$	23,27% a.a.	16.179	-	-
Capital de giro	AR\$	33,70% a.a.	19.447	-	-
Capital de giro	AR\$	22,65% a.a.	11.871	-	-
Capital de giro	USD	2,71% a.a.	59.422	-	-
Capital de giro longo prazo	AR\$	23,56% a.a.	101	-	-
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 1,20% a.a.	-	83.933	83.842
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 5,80% a.a.	-	24.400	-
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 5,30% a.a.	-	20.065	-
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 6,45% a.a.	-	8.586	-
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 4,03% a.a.	-	2.644	-
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 3,62% a.a.	148.605	-	-
Nota de crédito a exportação	R\$	CDI + 2,50% a.a.	49.743	-	-
Notas promissórias	R\$	CDI + 2,50% a.a.	49.531	-	-
Cédula de crédito bancário	R\$	13,89% a.a.	40.072	-	-
Compror	R\$	16,46% a.a.	29.657	-	-
Cessão de recebíveis com regresso	R\$	2,01% a.m.	-	4.795	-
Debêntures 2ª emissão	R\$	CDI + 2,00% a.a.	252.554	361.418	467.769
Debêntures 3ª emissão	R\$	CDI + 3,50% a.a.	103.355	-	-
Finame	R\$	2,50% a.a.	-	1.734	-
Nota de crédito a exportação	R\$	CDI + 3,65% a.a.	27.543	-	-
Total			840.368	601.885	585.332

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:**

Em 31 de dezembro de 2017, exceto pelas relações decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém qualquer outra relação de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia:

A Companhia esclarece que não há qualquer grau de subordinação entre as suas dívidas bancárias contraídas durante os três últimos exercícios sociais, exceto por aquelas dívidas com garantia real (BNDES), as quais gozam de preferência sobre outras dívidas em caso de falência, até o limite da garantia real constituída. O modo de pagamento de cada uma das dívidas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

Em 31 de dezembro de 2017, a totalidade do saldo dos financiamentos da Controladora junto ao BNDES para modernização da planta da unidade de Cubatão, equivale a R\$ 23,1 milhões, estava garantida por terrenos, edificações e equipamentos da Controladora, sendo os únicos financiamentos contratados com garantia real.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

A Companhia assumiu certos compromissos (*covenants*) relacionados a contratos de financiamentos, estabelecendo obrigações quanto à manutenção de índices financeiros, como demonstrado na tabela abaixo. Esses compromissos são usuais em operações de mesma natureza e não limitam a capacidade de condução dos negócios da Companhia. Abaixo está apresentado o resumo das garantias e dos *covenants* consolidados das linhas de financiamento da Companhia.

Abertura das garantias e dos *covenants* dos contratos de empréstimos e financiamentos consolidados

(valores em R\$ mil)	Indexador	Saldo em 31/12/17	Garantias	<i>Covenants</i> Financeiros
BNDES	TJLP + 2,23% a.a.	11.873	Hipoteca da unidade industrial	Liquidez Corrente \geq 0,8; Dívida Líquida /EBITDA máx = 3x
BNDES	SELIC + 2,36% a.a.	9.226	Hipoteca da unidade industrial	Liquidez Corrente \geq 0,8; Dívida Líquida /EBITDA máx = 3x
BNDES	TJLP + 1,40% a.a.	9.169	Fiança bancária	Sem <i>covenants</i> financeiros
BNDES	2,56% a.a.	2.020	Hipoteca da unidade industrial	Liquidez Corrente \geq 0,8; Dívida Líquida /EBITDA máx = 3x
Debêntures 2ª emissão	CDI + 2,00% a.a.	252.554	Cessão fiduciária de dividendos devidos pela Companhia aos sócios: Vila Velha, Frank Geyer Abubakir e Maria S. de Sampaio Geyer, caso atinja o valor de: a partir de 2015 3,25x quando do cálculo de dívida líquida /EBITDA ¹	(i) Dívida líquida/EBITDA ¹ máximo: em 2014: 4x; em 2015: 3,75x; em 2016: 3,5x e a partir de 2017: 3,25x; (ii) EBITDA ¹ / resultado financeiro líquido: (mínimo de 2x); (iii) Capex e/ou novos investimentos máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice dívida líquida/EBITDA ¹ for superior a 3,5x.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(valores em R\$ mil)	Indexador	Saldo em 31/12/17	Garantias	Covenants Financeiros
Debêntures 3ª emissão	CDI + 3,50% a.a.	103.355	Sem garantia	(a) Dívida Líquida/EBITDA ² menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$100.000.000,00 enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA for superior a 2,0x. (b) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Nota de Crédito à Exportação	CDI + 3,65% a.a.	27.543	Aval da Companhia	Não assumir, sem prévia anuência do credor, novas dívidas, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$15.000.000,00, excetuados os empréstimos destinados ao atendimento aos negócios de gestão ordinária e à liquidação de dívidas existentes, ou, ainda, os financiamentos, contratados diretamente ao, ou com recursos provenientes do BNDES.
Nota de Crédito à Exportação	CDI + 2,50% a.a.	49.743	Sem garantia	Não assumir, sem prévia anuência do credor, novas dívidas, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$15.000.000,00, excetuados os empréstimos destinados ao atendimento aos negócios de gestão ordinária e à liquidação de dívidas existentes, ou, ainda, os financiamentos, contratados diretamente ao, ou com recursos provenientes do BNDES.
Notas Promissórias Comerciais 2ª emissão	CDI + 2,50% a.a.	49.531	Sem garantia	(a) Dívida Líquida/EBITDA ² menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$100.000.000,00 enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA for superior a 2,0x. (b) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.

¹ EBITDA conforme 1º aditamento ao instrumento particular de escritura da 2ª emissão das debêntures simples, não conversíveis em ações, da Companhia, de 15 de junho de 2016, que exclui também os efeitos de (i) baixas de itens do ativo imobilizado; (ii) baixas de investimento; (iii) unidades operacionais descontinuadas; (iv) provisões para processos judiciais e / ou suas reversões e o (v) resultado de equivalência patrimonial. E será apurado com base nos últimos 12 (doze) meses dos resultados individuais.

² EBITDA, conforme o instrumento particular de escritura da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em ações, em série única, da espécie quirografia, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia, de 10 de julho de 2017, bem como conforme a cártula da 2ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia, corresponde ao lucro operacional consolidado da Companhia adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações; e excluindo-se (x) receitas não operacionais; e (y) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

A não observância dos indicadores relacionados na coluna *covenants* acarreta o vencimento antecipado da dívida. Até o presente momento, a Companhia está adimplente com os compromissos assumidos em seus contratos.

Em 2017, o indicador dívida líquida/EBITDA da Companhia foi de 0,70x e o indicador dívida líquida/EBITDA ajustado 12 meses para atendimento a 2ª emissão das debêntures foi 1,01x conforme demonstrado anteriormente no item 10.1.a deste Formulário de Referência.

g. Comentários dos Diretores sobre os limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados:

Em 31 de dezembro de 2017, a Controladora não possuía saldo ainda não utilizado/liberado de financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Controlada possuía um saldo ainda não utilizado/liberado para o ano de 2018 de cerca de R\$ 33,2 milhões referentes aos contratos de financiamentos já contratados com o BNDES.

h. Comentários dos Diretores sobre as alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

Demonstração de resultado do exercício (em milhares de Reais)	Controladora							
	2017	AV	2016	AV	2015	AV	AH 2017 x 2016	AH 2016 x 2015
Receita operacional líquida	984.234	100%	889.706	100%	858.976	100%	11%	4%
Custo dos produtos vendidos – CPV	-486.371	-55%	-502.216	-56%	-478.026	-56%	-3%	5%
Lucro bruto	497.863	56%	387.490	44%	380.950	44%	28%	2%
Margem bruta	51%	0%	44%	0%	44%	0%	15%	0%
Despesas com vendas	-58.361	-7%	-58.995	-7%	-73.409	-9%	-1%	-20%
Despesas gerais e administrativas	-118.204	-13%	-99.173	-11%	-91.837	-11%	19%	8%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	10.955	1%	-101.535	-11%	-39.771	-5%	-111%	155%
Resultado na combinação de negócios	0	0%	516.010	58%	0	0%	0	0%
Resultado com desinvestimento Tecsis	-27.033	-3%	0	0%	0	0%	0%	0%
Resultado de equivalência patrimonial	45.111	5%	-75.431	-8%	-18.201	-2%	-160%	314%
Lucro antes do resultado financeiro	350.331	39%	568.366	64%	157.732	18%	-38%	260%
Resultado financeiro	-33.460	-4%	-99.759	-11%	-60.868	-7%	-66%	64%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstração de	Controladora							
resultado do exercício (em milhares de Reais)	2017	AV	2016	AV	2015	AV	AH 2017 x 2016	AH 2016 x 2015
líquido								
Lucro antes do IR e CS	316.871	36%	468.607	53%	96.864	11%	-32%	384%
Provisão para IR e CS	-14.214	-2%	-187.771	-21%	-9.031	-1%	-92%	1979%
Lucro (prejuízo) líquido	302.657	34%	280.836	32%	87.833	10%	8%	220%

Demonstrações de Resultados	Consolidado	
(em milhares de Reais)	2017	AV
Receita operacional líquida	3.019.592	100%
Custo dos produtos vendidos – CPV	-2.114.627	-70%
Lucro bruto	904.965	30%
Margem bruta	30%	0%
Despesas com vendas	-175.040	-6%
Despesas gerais e administrativas	-198.119	-7%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-75.744	-3%
Resultado com desinvestimento Tecs	-27.033	-1%
Resultado de equivalência patrimonial	1.668	0%
Lucro antes do resultado financeiro	430.697	14%
Resultado financeiro líquido	-93.836	-3%
Lucro antes do IR e CS	336.861	11%
IR e CS	-30.597	-1%
Lucro (prejuízo) líquido	306.264	10%

A seguir, comentamos as linhas de maior representatividade e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Receita operacional líquida

Em 2016, a receita operacional líquida da Controladora foi de R\$ 890 milhões, 4% superior à 2015. Embora o volume de vendas tenha diminuído 3%, tal efeito foi compensado pelo aumento dos preços médios de venda influenciados pela desvalorização do Real frente ao Dólar no período 5% superior e pelo aumento no preço de soda no mercado internacional 6% superior.

No ano de 2017, a receita operacional líquida da Controladora foi de R\$ 984 milhões, alta de 11% em relação a 2016, explicada principalmente pelo posicionamento do preço de soda no mercado internacional e pelo aumento do volume de vendas (1% superior).

Em 2017, a receita operacional líquida consolidada foi de R\$ 3.019,6 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Custo dos produtos vendidos - CPV**

Em 2015, o CPV da Controladora foi de R\$ 478 milhões, enquanto em 2016 foi de R\$ 502 milhões, 5% superior ao de 2015. Esta variação é explicada principalmente pelo reajuste de encargo da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), pelo aumento no preço médio dos insumos de produção no período.

No ano de 2017, o CPV totalizou o montante de R\$ 486 milhões, 3% inferior a 2016 (R\$ 502 milhões). Esta variação é explicada pela elevação do preço médio da energia elétrica e pelo aumento no preço médio dos insumos de produção.

Em 2017, o custo dos produtos vendidos consolidado foi de 2.114,6 milhões.

Lucro bruto e margem bruta

Em 2016, o lucro bruto da Controladora foi de R\$ 387 milhões, 2% superior a 2015, com margem bruta de 44%, em linha com 2015.

No ano de 2017, o lucro bruto da Controlada foi de R\$ 498 milhões, 28% superior a 2016, com margem bruta de 51%, 7 p.p. superior a 2016. Estas variações refletiram principalmente o desempenho da receita líquida.

Em 2017, o lucro bruto consolidado foi de R\$ 905 milhões com margem bruta de 30%.

Despesas com vendas

Em 2016, as despesas com vendas da Controladora totalizaram R\$ 59 milhões, 20% inferior a 2015. Tais variações são explicadas principalmente pelo menor volume de vendas.

No ano de 2017, as despesas com vendas da Controladora totalizaram R\$ 58,4 milhões, em linha com 2016.

Em 2017, as despesas com vendas consolidadas totalizaram R\$ 175 milhões.

Despesas gerais e administrativas

Em 2016, as despesas gerais e administrativas da Controladora totalizaram R\$ 99 milhões, 8% superior a 2015. Tais variações são explicadas principalmente pelo aumento de serviços de terceiros e de outras despesas gerais e administrativas relacionadas ao processo de aquisição realizado pela Companhia.

No ano de 2017, as despesas gerais e administrativas da Controladora totalizaram R\$ 118,2 milhões, 19% superior a 2016. A variação é explicada principalmente pela parcela da amortização da mais valia do investimento na Controlada (R\$ 19,2 milhões).

Em 2017, as despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 198 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Em 2015, apurou-se uma despesa na Controladora de R\$ 40 milhões versus uma despesa de R\$ 101 milhões em 2016 (61% superior à de 2015), devido, a uma provisão para perda dos valores registrados como ágio e mais valia de ativos em 2016. Esta foi decorrente da combinação de negócios quando da aquisição de participação acionária da Tesis no montante de R\$ 59 milhões contabilizado no resultado do exercício de 2016 na linha de ganho e perda com investimentos. O efeito líquido de imposto de renda e contribuição social, decorrente desta provisão foi de R\$ 39 milhões.

No ano de 2017, apurou-se uma receita na Controladora de R\$ 11,0 milhões, versus uma despesa de R\$ 101,5 milhões no ano de 2016. A variação é explicada pela reversão de provisão atuarial devido

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

mudança de política interna da Companhia no valor de R\$ 19,8 milhões e pela provisão para perda dos valores registrados como ágio e mais valia de ativos decorrentes da combinação de negócios quando da aquisição de participação acionária da Tecsís no montante de R\$ 58,9 milhões contabilizado no resultado do exercício de 2016.

Em 2017, apurou-se uma despesa de R\$ 76 milhões.

Resultado de equivalência patrimonial

Em 2016, o resultado da Controladora foi negativo no valor de R\$ 75 milhões versus o resultado negativo em 2015, no valor de R\$ 18 milhões, devido resultado negativo da Tecsís no valor de R\$ 22 milhões mais o ajuste de IR diferido realizado pela Controladora no valor de R\$ 53 milhões conforme Instrução da CVM nº 371, de 1º de julho de 2002.

No ano de 2017, o resultado da Controladora foi positivo no valor de R\$ 45,1 milhões versus o resultado negativo em 2016, no valor de R\$ 75,4 milhões. Variações explicadas principalmente pelo desinvestimento na Tecsís revertendo a equivalência negativa do 1S17 a zero, além do desempenho positivo das Controladas.

Em 2017, o resultado consolidado foi positivo no valor de R\$ 1,7 milhão.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Controladora em 2015 representou uma despesa de aproximadamente R\$ 61 milhões, enquanto em 2016, foi negativo no valor de R\$ 100 milhões, 64% superior a 2015, variação justificada principalmente pela provisão para perda de valor recuperável da debênture emitida pela Tecsís no valor de R\$ 38 milhões.

No ano de 2017, o resultado da Controladora foi negativo no valor de R\$ 33 milhões, 66% inferior a 2016. Essa variação é explicada principalmente pela provisão para perda de valor recuperável da debênture emitida pela Tecsís no valor de R\$ 38,0 milhões, contabilizada no 4T16 e pela redução da dívida líquida em 2017.

Em 2017, o resultado financeiro líquido consolidado foi negativo no valor de R\$ 94 milhões.

Provisão para IR e CS

Exceto quanto à equivalência patrimonial, que não gera efeitos de IR e CS, todos os demais fatores listados anteriormente contribuem para explicar a variação na despesa de IR e CS. Adicionalmente, há o impacto das constituições de créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em 2015 e em 2017, foram constituídos créditos nos montantes aproximados de R\$ 31 milhões (da Controladora) e R\$ 41 milhões (R\$ 35 milhões da Controladora e R\$ 6 milhões das Controladas), respectivamente. Em 2016, não houve constituição de crédito.

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

Ativo (em milhares de Reais)	Consolidado				AH 2017	Controladora	
	2017	AV	2016	AV	vs. 2016	2015	AV
Circulante	1.109.867	32%	1.108.029	32%	0%	362.629	22%
Caixa e equivalentes de caixa	78.559	2%	383.346	11%	-80%	126.949	8%
Aplicações financeiras	323.243	9%	96.612	3%	235%	95.492	6%
Contas a receber de clientes	459.758	13%	353.207	10%	30%	91.754	6%
Impostos a recuperar	48.701	1%	48.483	1%	0%	19.310	1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo (em milhares de Reais)	Consolidado				AH 2017	Controladora	
	2017	AV	2016	AV	vs. 2016	2015	AV
Estoques	180.668	5%	204.060	6%	-11%	26.644	2%
Despesa antecipada	1.663	0%	5.170	0%	-68%	1.398	0%
Outros ativos circulantes	17.275	0%	17.151	0%	1%	1.082	0%
Não circulante	2.356.510	68%	2.386.670	68%	0%	1.302.425	78%
Ativo Realizável a Longo Prazo	157.426	5%	151.602	4%	4%	95.344	6%
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	27.181	2%
Contas a receber de clientes	-	-	22.611	1%	-	453	0%
Impostos a recuperar	21.675	1%	17.193	0%	26%	3.440	0%
Estoques	40.812	1%	39.740	1%	3%	14.783	1%
Depósitos Judiciais	43.164	1%	48.481	1%	-11%	49.487	3%
IR e CS diferidos	19.773	1%	11.586	0%	71%	-	-
Outros ativos não circulantes	32.002	1%	11.991	0%	167%	-	-
Investimentos	21.817	1%	25.354	1%	-14%	22.060	1%
Imobilizado	1.860.682	54%	1.918.649	55%	0%	899.891	54%
Intangível	286.585	8%	291.065	8%	-2%	285.130	17%
Total do ativo	3.466.377	100%	3.494.699	100%	0%	1.665.054	100,0%

A seguir, comentamos as linhas de maior representatividade do ativo e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Ativo circulante***Caixa e equivalentes de caixa***

Em 2015, a conta de caixa e equivalentes de caixa da Controladora foi de R\$ 126,9 milhões.

Em 2016, a conta de caixa e equivalentes de caixa consolidado foi de R\$ 383 milhões, constituído de R\$ 198 milhões da Controladora e de R\$ 185 milhões dos caixas das Controladas.

Em 2017, a conta de caixa e equivalentes de caixa consolidado foi de R\$ 79 milhões, 80% inferior a 2016, constituído de R\$ 49 milhões da Controladora e de R\$ 30 milhões dos caixas das Controladas.

Aplicações financeiras

Em 2015, o saldo de aplicações financeiras da Controladora foi de R\$ 95 milhões.

Em 2016, o saldo de aplicações financeiras consolidado foi de R\$ 97 milhões, constituída de R\$ 89 milhões de investimentos em cotas de fundos da Controladora e R\$ 7 milhões de aplicações em certificados de depósitos bancários das Controladas.

Em 2017, o saldo de aplicações financeiras consolidado foi de R\$ 323 milhões, 235% superior a 2016, constituída de R\$ 181 milhões (R\$ 169 milhões de investimentos em cotas de fundos, R\$ 10 milhões em certificados de depósitos bancários da Controladora e R\$ 2 milhões em outros tipos de aplicações) e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ 142 milhões de investimentos em cotas de fundos pelas Controladas.

Contas a receber de clientes e estoques

Em 2015, o saldo de contas a receber de clientes da Controladora foi de R\$ 92 milhões, 18% superior a 2014, por conta de crescimento nas vendas de novembro e dezembro. Em relação aos estoques, o saldo manteve-se praticamente estável na comparação de 2015 e 2014.

Em 2016, o saldo de contas a receber de clientes consolidado foi de R\$ 353 milhões e o de estoque consolidado foi de R\$ 204 milhões.

Em 2017, o saldo de contas a receber de clientes consolidado foi de R\$ 460 milhões (30% superior a 2016) e o de estoque consolidado foi de R\$ 181 milhões (11% inferior a 2016).

Impostos a recuperar

Em 2015, o saldo de impostos a recuperar da Controladora foi de R\$ 19 milhões.

Em 2016, o saldo de impostos a recuperar consolidado foi de R\$ 48 milhões, sendo R\$ 15 milhões da Controladora e R\$ 33 milhões por parte das Controladas. O saldo da Controladora diminuiu em relação à 2015 devido uso na compensação com o saldo a recolher do INSS de folha de pagamento.

Em 2017, o saldo de impostos a recuperar consolidado foi de R\$ 49 milhões, sendo R\$ 23 milhões da Controladora e R\$ 26 milhões por parte das Controladas.

Outros ativos circulantes

Em 2015, o saldo de outros ativos circulantes da Controladora foi de R\$ 1,1 milhão.

Em 2016, o saldo de outros ativos circulantes consolidados foi de R\$ 17 milhões, sendo R\$ 0,7 milhão da Controladora e R\$ 16,3 milhões por parte das Controladas.

Em 2017, o saldo de outros ativos circulantes consolidados ficou em linha quando em comparado com 2016, ficando em R\$ 17 milhões, sendo R\$ 1,1 milhão da Controladora e R\$ 15,9 milhões por parte das Controladas.

Ativo não circulante***Aplicações financeiras***

Em 2015, o saldo de aplicações financeiras não circulante da Controladora foi de R\$ 27 milhões. Com a reestruturação do capital da Tecsís em 2015, foram liquidadas as debêntures anteriormente detidas pela Companhia e emitidas novas debêntures pela Tecsís, com prazo de amortização mais longo.

Em 2016 e em 2017, o saldo de aplicações financeiras não circulante consolidada foi zero.

Investimentos

Em 2015, a conta de investimentos da Controladora foi de R\$ 22 milhões, afetados pela apresentação de resultados negativos na Tecsís, pelo efeito da variação de valor de instrumentos financeiros da controlada (cerca de R\$ 13 milhões, lançados na conta de outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido); pelo ajuste, efetuado pela Controladora, para adequar os números da Tecsís aos requerimentos da Instrução CVM 371/2002. Ao calcular a equivalência patrimonial, foi provisionado aproximadamente R\$ 21 milhões relacionados a efeitos de créditos fiscais diferidos constantes do balanço da Tecsís; pelo ganho pela redução de participação no capital da Tecsís, no valor aproximado de R\$ 14 milhões e com a redução de participação no capital da Tecsís, foram impactadas extraordinariamente as despesas de depreciação e amortização da mais valia de ativos e do ágio

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

relacionados a este investimento. O efeito total, não recorrente, do aumento das despesas de depreciação e amortização foi de R\$ 28 milhões.

A conta de investimentos consolidado a partir de 2016 é referente ao acréscimo da Controlada (58% do capital social total) Solalban Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Em 2016 ficou em R\$ 25 milhões, em 2017, ficou em R\$ 22 milhões.

Imobilizado

O saldo de conta de imobilizado da Controladora em 2015 foi de R\$ 900 milhões.

O saldo de conta de imobilizado consolidado em 2016 foi de R\$ 1,9 bilhão, constituído de R\$ 897 milhões da Companhia e R\$ 1,0 bilhão referentes à aquisição da Controlada no final do exercício de 2016.

Em 2017, o saldo de conta de imobilizado consolidado foi de R\$ 1,9 bilhão, em linha com 2016.

Intangível

Em 2015, o saldo de intangíveis da Controladora foi de R\$ 285 milhões, 1% inferior a 2014.

O saldo consolidado em 2016 foi de R\$ 291 milhões, constituído por R\$ 282 milhões da Controladora e R\$ 9 milhões referentes acréscimos do ágio da combinação de negócios devido aquisição da Controlada.

Em 2017, saldo consolidado foi de R\$ 287 milhões, constituído por R\$ 279 milhões da Controladora e R\$ 9 milhões por parte das Controladas.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

Passivo e Patrimônio Líquido (em milhares de Reais)	Consolidado				AH 2017	Controladora	
	2017	AV	2016	AV	vs. 2016	2015	AV
Circulante	1.151.821	33%	1.024.971	29%	12%	293.480	18%
Fornecedores	212.142	6%	274.473	8%	-23%	24.103	1%
Empréstimos	437.279	13%	327.197	9%	34%	129.908	8%
Salários e encargos	96.850	3%	92.588	3%	5%	26.763	2%
Imposto de renda e contribuição social	7.903	0%	15.419	0%	-49%	13.119	1%
Outros impostos e contribuições a pagar	32.040	1%	35.440	1%	-10%	17.753	1%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	100.148	3%	33.962	1%	195%	26.826	2%
Demandas Judiciais	329	0%	7.563	0%	-96%	3.368	0%
Energia Elétrica	186.253	5%	167.656	5%	11%	41.173	2%
Débito com terceiros	170	0%	1.148	0%	-85%	-	-
Passivo ambiental	17.889	1%	40.920	1%	-56%	-	-
Outros passivos circulantes	60.818	2%	28.605	1%	113%	10.467	1%
Não circulante	1.241.725	36%	1.183.569	34%	5%	544.351	33%
Empréstimos	403.089	12%	274.688	8%	47%	455.424	27%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo e Patrimônio Líquido (em milhares de Reais)	Consolidado				AH 2017	Controladora	
	2017	AV	2016	AV	vs. 2016	2015	AV
Imposto de renda e contribuição social	4.089	0%	5.958	0%	-31%	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	207.127	6%	178.140	5%	20%	24.889	1%
Obrigações com benefícios de aposentadoria	44.522	1%	59.369	2%	-25%	20.597	1%
Demandas Judiciais	105.360	3%	103.365	3%	2%	43.441	3%
Passivo ambiental	24.878	1%	19.214	1%	29%	-	-
Débito com terceiros	452.660	13%	443.436	13%	2%	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-	99.399	3%	-	-	-
Total do passivo	2.393.546	69%	2.208.540	63%	9%	837.831	50%
Patrimônio líquido	1.072.831	31%	1.286.159	37%	-15%	827.223	50%
Capital social	384.331	11%	384.331	11%	0%	384.331	23%
Ações em tesouraria	(14.879)	0%	(14.879)	0%	0%	(14.879)	-1%
Reserva de lucros	579.807	17%	730.701	21%	-21%	480.839	29%
Outros resultados abrangentes do período	41.666	1%	(18.405)	-1%	-393%	(23.068)	-1%
Participação dos acionistas não controladores	81.906	2%	204.411	6%	-59%	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	3.466.377	100%	3.494.699	100%	0%	1.665.054	100%

A seguir, comentamos as linhas de maior representatividade do passivo e do patrimônio líquido e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Passivo circulante**Fornecedores**

O saldo de fornecedores da Controladora em 2015 foi de R\$ 24 milhões, 29% superior a 2014. Este aumento refere-se estratégia adotada de ampliar os prazos de pagamentos junto a seus fornecedores.

O saldo de fornecedores consolidado em 2016 ficou em R\$ 274 milhões, sendo R\$ 36 milhões da Controladora, mantendo a estratégia de ampliação de prazo de pagamento, e R\$ 239 milhões por parte das Controladas.

Em 2017, o saldo de fornecedores consolidado foi de R\$ 212 milhões, sendo R\$ 35 milhões da Controladora, em linha com 2016, e R\$ 177 milhões por parte das Controladas, que reflete o aumento do capital de giro através de financiamentos bancários.

Empréstimos

As dívidas de curto prazo da Controladora somavam R\$ 130 milhões em 31 de dezembro de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As dívidas de curto prazo consolidado somavam R\$ 327 milhões em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 206 milhões da Controladora e R\$ 121 milhões por parte das Controladas) e R\$ 437 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 239 milhões da Controladora e R\$ 198 milhões por parte das Controladas). Os aumentos das dívidas foram para capital de giro e alongamento de prazo.

Salários e encargos

Em 2015, o saldo de salários e encargos da Controladora foi de R\$ 27 milhões.

Em 2016, o saldo de salários e encargos consolidado foi de R\$ 93 milhões, constituída de R\$ 29 milhões pela Controladora, R\$ 64 milhões por parte das Controladas.

Em 2017, o saldo de salários e encargos consolidado foi de R\$ 97 milhões, constituída de R\$ 30 milhões pela Controladora e R\$ 67 milhões por parte das Controladas.

Obrigações Fiscais**Imposto de renda e contribuição social**

Em 2015, o saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar da Controladora foi de R\$ 13 milhões.

Em 2016, o saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar consolidado foi de R\$ 15 milhões, constituído de R\$ 8 milhões pela Controladora e R\$ 7 milhões por parte das Controladas.

Em 2017, o saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar consolidado foi de R\$ 8 milhões, constituído apenas pela parte das Controladas.

Outros impostos e contribuições a pagar

Em 2015, o saldo de outros impostos e contribuições a pagar da Controladora foi de R\$ 18 milhões.

Em 2016, o saldo de outros impostos e contribuições a pagar consolidado foi de R\$ 35 milhões, que se deve ao incremento do ICMS, PIS e COFINS da Unipar Indupa S.A.I.C. adquiridas em combinação de negócios, constituído de R\$ 15 milhões pela Controladora e R\$ 20 milhões por parte das Controladas.

Em 2017, o saldo de outros impostos e contribuições a pagar consolidado foi de R\$ 32 milhões, 10% inferior a 2016, constituído de R\$ 18 milhões pela Controladora e R\$ 14 milhões por parte das Controladas.

Dividendos a pagar

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não efetuou nenhum pagamento de juros sobre o capital próprio.

Para 2015, foi apurado um dividendo mínimo obrigatório de aproximadamente R\$ 21 milhões, que foi adicionado à realização da reserva de lucros a realizar, no montante aproximado de R\$ 4 milhões, gerando dividendos da ordem de R\$ 25 milhões. Saldo de dividendos a pagar de exercícios anteriores de cerca de R\$ 1,6 milhão.

Em 2016, foi apurado um dividendo mínimo obrigatório de aproximadamente R\$ 67 milhões, que foi adicionado à realização da reserva de lucros a realizar, no montante aproximado de R\$ 4 milhões, constituição de reserva de lucros a realizar no valor de R\$ 40 milhões gerando dividendos da ordem de R\$ 31 milhões. Saldo de dividendos a pagar de exercícios anteriores de cerca de R\$ 2 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2017, houve uma deliberação de dividendos intermediários no montante de R\$ 363 milhões.

Em 2017, foi apurado um dividendo mínimo obrigatório de aproximadamente R\$ 72 milhões, que foi adicionado à realização da reserva de lucros a realizar, no montante aproximado de R\$ 19 milhões, gerando dividendos da ordem de R\$ 91 milhões a pagar no exercício de 2018. Saldo de dividendos a pagar de exercícios anteriores de cerca de R\$ 9 milhões.

Energia elétrica

Em 2015, o saldo a pagar de energia elétrica da Controladora foi de R\$ 41 milhões, no qual houve um acréscimo no valor aproximado de R\$ 29 milhões. A publicação inicial dos valores da CDE relativos ao período de agosto de 2015 a julho de 2016 indicava alta majoração destes encargos, o que levou a Companhia e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança do encargo com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – ABRACE.

No início do terceiro trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia provisiona integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetua os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar.

Em 2016, o saldo a pagar de energia elétrica consolidada foi de R\$ 168 milhões, constituída de R\$ 84 milhões pela Controladora, referente provisionamento integral dos valores estipulados conforme liminar da ABRACE, e R\$ 84 milhões por parte das Controladas.

Em 2017, o saldo a pagar de energia elétrica consolidada foi de R\$ 186 milhões, constituída de R\$ 107 milhões pela Controladora, referente provisionamento integral dos valores estipulados conforme liminar da ABRACE até o agosto de 2017, e R\$ 79 milhões por parte das Controladas.

O valor da CDE relativa ao período de agosto de 2017 a julho de 2018 não foi objeto de medida judicial, razão pela qual a Companhia efetua os pagamentos conforme cobrado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Débitos com terceiros

Em 2015 não havia débitos com terceiros na Controladora.

Em 2016, conforme apontado no item 10.1.c deste Formulário de Referência, o débito com terceiros consolidado corresponde a parte da dívida da Controlada com Solvay Vinyls Holding AG no curto prazo no valor de R\$ 1 mil, referente pagamento de juros. Em 2017, os débitos com terceiros consolidado foi de R\$ 170 mil.

Passivo ambiental

Em 2015, a conta não apresentava saldo na Controladora.

O saldo de passivo ambiental consolidado em 2016 foi de R\$ 41 milhões por parte das Controladas, referentes provisões de custos estimados de remediação. Em 2017, o saldo de passivo ambiental consolidado foi de R\$ 18 milhões por parte das Controladas.

Outros passivos

O saldo de outros passivos da Controladora em 2015 foi de R\$ 11 milhões, em linha com 2014.

O saldo de outros passivos consolidados de 2016 foi de R\$ 29 milhões, constituído de R\$ 9 milhões na Controladora e R\$ 19 milhões por parte das Controladas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2017, o saldo de outros passivos consolidados foi de R\$ 61 milhões, constituído de R\$ 6 milhões na Controladora (34% inferior à 2016, devido principalmente a diminuição no desembaraço alfandegário referente importação de sal, que passamos a utilizar localmente) e R\$ 55 milhões por parte das Controladas, impactada pela provisão de R\$ 33 milhões referente a reestruturação com vista a sua melhoria e otimização.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo da Controladora somavam R\$ 455 milhões em 31 de dezembro de 2015, 3% inferior a 2014, que demonstra o processo de desalavancagem da Controladora no período.

Em 2016, os empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidados somavam R\$ 275 milhões, constituídos de R\$ 269 milhões da Controladora (41% inferior a 2015, demonstrando o processo de desalavancagem da Controladora no período) e R\$ 6 milhões por parte das Controladas.

Em 2017, os empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidados somavam R\$ 403 milhões constituídos de R\$ 387 milhões da Controladora e R\$ 16 milhões por parte das Controladas. Os aumentos das dívidas foram para capital de giro e alongamento de prazos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 2015, 2016 e 2017, as principais movimentações desta rubrica foram a constituição de créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de anos anteriores, créditos de diferenças temporárias relacionadas a contingências, acréscimo dos saldos de impostos diferidos passivos, inerentes à diferença de taxas de depreciação contábil e fiscal e utilização dos créditos fiscais relacionados à incorporação da Carbocloro.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

Em 2015, o saldo da conta de obrigações com benefícios de aposentadoria da Controladora foi de R\$ 21 milhões, 15% inferior a 2014, devido ao cálculo da provisão de aposentadoria compulsória que contempla o cálculo atuarial de multa do FGTS e indenizações pagas no desligamento de colaboradores que atingiram a idade máxima de permanência.

Em 2016, o saldo da conta de obrigações com benefícios de aposentadoria consolidado foi de R\$ 59 milhões, constituídos de R\$ 23 milhões da Controladora, em linha com 2015, e R\$ 36 milhões por parte das Controladas.

Em 2017, o saldo da conta de obrigações com benefícios de aposentadoria consolidado foi de R\$ 44 milhões, constituídos de R\$ 3 milhões da Controladora, (reversão de provisão de R\$ 20 milhões devido alteração de política de desligamento de colaboradores), e R\$ 41 milhões por parte das Controladas (14% superior devido principalmente aumento no valor de plano de assistência pós-emprego para determinados colaboradores e ex-colaboradores aposentados).

Demandas judiciais

Em 2015, o saldo da conta de demandas judiciais da Controladora foi de R\$ 43 milhões, reflexo de entrada de novos processos trabalhistas classificados como perdas prováveis, atualização monetária de alguns processos já existentes e a provisão para honorários de sucesso de advogados.

Em 2016, o saldo da conta de demandas judiciais consolidado foi de R\$ 103 milhões, constituídos de R\$ 84 milhões da Controladora, (acréscimo de R\$ 44 milhões em comparação a 2015, reflexo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

principalmente de entrada de novos processos trabalhistas, aumento da provisão relativo à Finep em R\$ 21 milhões com base na avaliação de consultores jurídicos na probabilidade de perda e, atualização monetária de alguns processos já existentes e a provisão para honorários de sucesso de advogados), e R\$ 19 milhões por parte das Controladas.

Em 2017, o saldo da conta de demandas judiciais consolidado foi de R\$ 105 milhões, constituídos de R\$ 82 milhões da Controladora, em linha com 2016, e R\$ 23 milhões por parte das Controladas, aumento de R\$ 4 milhões em comparação à 2016 devido provisão de ações trabalhistas.

Débitos com terceiros

Em 2015 não havia débitos com terceiros na Controladora.

Em 2016, o débito consolidado corresponde a dívida da Controlada com a Solvay Vinyls Holding AG, conforme explicado no item 10.1.c deste Formulário de Referência no longo prazo no valor equivalente em Reais de R\$ 445 milhões. Em 2017, o débito consolidado foi de R\$ 453 milhões.

Passivo ambiental

Em 2015, a conta da Controladora não apresentava saldo.

O saldo de passivo ambiental consolidado em 2016 foi de R\$ 19 milhões, por parte das Controladas. Em 2017, o saldo de passivo ambiental consolidado foi de R\$ 25 milhões.

Outros passivos não circulantes

Em 2015, não havia saldo de outros passivos não circulantes na Controladora.

Em 2016, o saldo de outros passivos não circulantes consolidado foi de R\$ 99 milhões, que se referia à participação societária na antiga coligada Tectis, transferida de investimentos.

Em 2017, não há saldo na conta de outros passivos não circulantes consolidados.

FLUXOS DE CAIXA

Fluxos de Caixa (em milhares de Reais)	Controladora				
	2017	2016	2015	AH 2017 x 2016	AH 2016 x 2015
Caixa líquido nas atividades operacionais	366.995	308.877	290.697	19%	6%
Caixa líquido nas atividades de investimento	-226.415	-27.452	-18.688	-925%	47%
Caixa líquido nas atividades de financiamento	-288.938	-210.542	-182.815	37%	15%
Aumento (Redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	148.358	70.883	89.194	109%	-21%

Fluxos de Caixa (em milhares de Reais)	Consolidado 2017
Caixa líquido nas atividades operacionais	422.255
Caixa líquido nas atividades de investimento	(466.922)
Caixa líquido nas atividades de financiamento	(251.185)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fluxos de Caixa	Consolidado
(em milhares de Reais)	2017
Aumento (Redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(304.787)

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais da Controladora passou de R\$ 291 milhões em 2015 para R\$ 309 milhões em 2016, variação impactada principalmente pelo melhor desempenho operacional e pelo resultado de combinação de negócios, compensados pelo incremento de provisões judiciais e pelo resultado de equivalência patrimonial.

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais da Controladora de 2017 foi de passou de R\$ 467 milhões, 19% superior a 2016. Variação impactada principalmente pelo melhor desempenho operacional.

Em 2017, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais consolidados foi de R\$ 422 milhões.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades investimentos da Controladora passou de R\$ 19 milhões em 2015 para R\$ 27 milhões em 2016, uma variação de devido a venda de ativo imobilizado em 2015.

Em 2017 foi aplicado R\$ 226 milhões nas atividades de investimentos, explicado pelo desinvestimento na Tecsis (R\$ 110 milhões) e pelos resgates de aplicações financeiras (R\$ 92 milhões).

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos consolidados foi de R\$ 412 milhões em 2017.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento da Controladora passou de R\$ 183 milhões em 2015 para R\$ 210 milhões em 2016, devido a captação de empréstimo realizada em 2015 de R\$ 93 milhões.

Em 2017 foi aplicado R\$ 289 milhões, 37% superior ao valor aplicado em 2016. Esta variação é explicada pelo pagamento de dividendos de R\$ 387 milhões em 2017 contra R\$ 24 milhões em 2016, pagamento de amortização de empréstimos no valor de R\$ 191 milhões contra R\$ 108 milhões em 2016, compensado pela captação de empréstimos em 2017 no valor de R\$ 353 milhões contra R\$ 4 milhões em 2016.

O caixa líquido nas atividades de financiamento consolidado foi de R\$ 251 milhões em 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 - Resultado operacional e financeiro****a. Comentários dos Diretores sobre os resultados das operações da Companhia:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita”**

A Companhia tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro, derivados de cloro e soda cáustica, é acionista controlador da Unipar Indupa S.A.I.C., empresa argentina produtora de PVC (policloreto de vinila) e soda cáustica na Argentina e no Brasil, sendo a sua receita composta por PVC e soda cáustica.

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida consolidada da Companhia para os períodos indicados:

(em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2017		2016		2015	
	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida
Produção de soda, cloro e PVC	3.019.592	100,0%	889.706	100,0%	858.976	100,0%

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos últimos três exercícios sociais estão descritos no item 10.1 desse Formulário de Referência.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

A receita da Companhia é decorrente da condição oferta-demanda no mercado interno, responsável pela quase totalidade do destino de vendas.

Apesar de em algumas situações ser possível repassar efeitos de inflação aos preços de venda, não há uma indexação preponderante e direta dos preços de venda a índices de inflação.

Parte da receita é atrelada ao dólar americano e também leva em conta a cotação no mercado internacional da soda cáustica.

A partir de 27 de dezembro de 2016 a Companhia passou a atuar em vinílicos (PVC) no Brasil e na Argentina por meio de sua controlada Unipar Indupa S.A.I.C.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

O resultado das operações pode ser afetado pela inflação, dado que, mesmo que nossas receitas não estejam indexadas diretamente aos índices de inflação (IGP-M, INPC, IPC-A, etc.), os custos operacionais tendem a acompanhar tais índices.

Em relação à exposição cambial, é válido destacar a influência do Etileno, item primordial no processo de produção de EDC, produto utilizado na produção do PVC, que tem referência em dólares americanos. Sendo assim, pode haver variação nos preços desta matéria-prima em virtude de oscilações de moeda estrangeira. A Companhia possui uma estratégia defensiva de gerenciamento de risco de variação cambial, conforme descrito no item 4.2 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Com relação à exposição a taxas de juros, grande parte de nossa dívida está indexada ao certificado de depósito interbancário - CDI, conforme demonstrado no item 10.1 deste Formulário de Referência. Neste sentido, variações positivas ou negativas nesta taxa podem afetar nosso resultado financeiro de forma significativa, conforme descrito no item 4.2 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:****a. introdução ou alienação de segmento operacional:**

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

c. eventos ou operações não usuais:

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 – Comentários dos Diretores sobre:****a. mudanças significativas nas práticas contábeis:**

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Não houve ressalvas ou ênfases presentes no parecer do auditor nos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Comentários dos Diretores sobre as políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia:

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos trimestralmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que têm um risco significativo de sofrer ajustes relevantes quando os resultados reais forem conhecidos são apresentadas abaixo:

Tributos

Os tributos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Pode haver casos em que as normas fiscais não são suficientemente claras em relação à sua aplicação. Adicionalmente, o resultado de julgamentos em tribunais superiores pode criar jurisprudências que difiram do tratamento tributário atualmente adotado pela Companhia. Também há a possibilidade das próprias autoridades fiscais emitirem orientações posteriores que esclareçam a aplicação de alguns tributos. Entre outras, estas são situações que podem levar a Companhia a alterar suas estimativas em relação ao pagamento de tributos.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher entre diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Mudanças nas condições de mercado, a descoberta de outras técnicas de avaliação ou até mesmo o surgimento de instrumentos similares cotados em mercados ativos podem alterar as estimativas atualmente calculadas pela Companhia.

Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus funcionários que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade, etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto, etc.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria / desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

Vida útil do ativo imobilizado

A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia, na medida em que impacta o valor dos custos de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada, níveis de manutenção, desenvolvimentos tecnológicos, entre outros.

Provisões para processos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

Impairment de ativos não financeiros

A determinação do valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada em métodos de fluxo de caixa descontado, bem às projeções de fluxos de caixa futuros esperados. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Os principais ativos não financeiros sujeitos à avaliação de *impairment* são os ativos imobilizado e intangível (incluindo ágios).

Recuperabilidade de créditos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração, indicando o reconhecimento adicional de ativo fiscal diferido. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade destes créditos.

Passivo Ambiental (recuperação ambiental)

A Companhia e suas Controladas estão expostas a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais. Em cumprimento as suas políticas internas sobre as questões ambientais, a Companhia se utiliza de especialistas para desenvolver estudos necessários para este fim.

A política contábil sobre este assunto é constituir um passivo quando este for possível de ser medido com certa razoabilidade. As características dos riscos envolvidos exigem estudos detalhados e a conclusão destes estudos é essencial para se estimar adequadamente os valores a serem desembolsados.

As controladas Unipar Indupa do Brasil S.A e Unipar Indupa S.A.I.C. têm custos estimados de recuperação ambiental em áreas específicas e continuam investigando outras áreas em suas plantas buscando identificar, caso existam, danos ambientais causados por suas operações, conforme previsto no item 4.3 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:**

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos:

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos:

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços:

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iv. contratos de construção não terminada:

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos:

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:**

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

b. natureza e o propósito da operação:

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios:

a. investimentos:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

O atual programa de investimentos contempla basicamente a implantação de projetos voltados para a continuidade operacional e manutenção das instalações fabris, além das ações focadas na manutenção e aperfeiçoamento dos padrões de segurança operacional, preservação ambiental e saúde ocupacional.

Não há planos formais, aprovados por órgãos da Administração, definindo ações específicas que prevejam investimentos ou desinvestimentos relevantes na Controladora. Na controlada, Unipar Indupa Brasil S.A., há em andamento o investimento de R\$ 100 milhões referente à planta de PVC.

Encontra-se atualmente em análise pela Companhia o projeto de troca do processo de produção via células de mercúrio por células de membrana, principalmente no tocante ao montante de investimento necessário e data do início da operação.

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

A responsabilidade de identificação e escolha das fontes de financiamento a custos atrativos é uma atribuição da administração da Companhia. Na data deste Formulário de Referência, as principais fontes de financiamento da Companhia são geração de caixa operacional, capital do acionista e capital de terceiros por meio de financiamentos bancários.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de negócios, tampouco desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Em 27 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a aquisição e se tornou proprietária de 292.459.492 ações representativas de 70,59% do capital social votante e total da Unipar Indupa S.A.I.C., empresa argentina produtora de PVC e soda, após a implementação das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrado com a Solvay Argentina S.A. em 2 de maio de 2016 (“Contrato”) e aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) em 07 de dezembro de 2016. Através de um processo de oferta pública de aquisição obrigatória realizada durante o primeiro trimestre de 2017, a Companhia adquiriu um total de 71,163,251 ações representativas de 17,17% do capital social da Unipar Indupa S.A.I.C. A partir de 31 março de 2017, a participação ficou em 87,77%.

Em sua operação na Argentina, a Unipar Indupa S.A.I.C possui uma planta localizada na cidade de Bahía Blanca com capacidade instalada para produção de 226 mil toneladas de PVC e 186 mil toneladas de soda. A empresa também é detentora de 58% do capital social total da Solalbán Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Adicionalmente, a Unipar Indupa S.A.I.C também detém ações representativas de 99,9% do capital social votante e total da Unipar Indupa do Brasil S.A., proprietária de uma planta em Santo André - SP com capacidade de produção de 300 mil toneladas de PVC e 170 mil toneladas de soda.

Além das informações já divulgadas sobre investimentos, não há informações complementares a divulgar.

c. novos produtos e serviços:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante:

A Companhia esclarece que não possui despesas com publicidade, patrocínios e convênios relevantes.